

L E I Nº 740/68

Data : 29 de setembro de 1968.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica aprovado o orçamento geral do Município de Bandeirantes, para o exercício de 1969, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, e que estima a RECEITA e fixa a DESPESA em NCr\$ 1.450.000,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros novos).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimentos de fundos e outras fontes de rendas, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes do anexo II e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES 1.325.000,00
Receita Tributária 221.000,00
Receita Patrimonial 2.000,00
Receita de Transferências Correntes 1.026.000,00
Receitas Diversas 76.000,00

RECEITAS DE CAPITAL 125.000,00
Transferências de Capital 125.000,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos, digo, analíticos constantes dos anexos III e seguintes, dos respectivos subanexos, conforme discriminação seguinte:

CÂMARA MUNICIPAL 8.000,00
Prefeitura 1.442.000,00
Gabinete do Prefeito 19.400,00
Secretaria 70.000,00
Administração Financeira 108.000,00
Defesa e Segurança 7.500,00
Recursos Naturais e Agropecuários 3.000,00
Viação, Transporte e Comunicação 312.000,00

Educação e Cultura 266.000,00
Saúde 35.000,00
Bem Estar Social 62.000,00
Serviços Urbanos 559.100,00
TOTAL: 1.450.000,00

Artigo 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a:

I – Efetuar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) do total da Receita estimada;

II – Abrir crédito suplementar até 50% (cinquenta por cento) das dotações referentes às verbas de custeio de serviços (3.1.0.0), investimentos (4.1.0.0) e invenções financeiras (4.2.0.0).

Artigo 5º - A execução da despesa variável dependerá do comportamento efetivo da receita, ficando o Prefeito autorizado a aprovar, por decreto, um plano de contenção das despesas que não sejam fixas, até o limite de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Único – No decorrer do exercício, a arrecadação atingindo os níveis previstos, poderão ser liberados, por decreto do Prefeito, proporcionalmente, as dotações incluídas no plano de contenção.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1969.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 29 de setembro de 1968.

Osmar Ortega
Oficial administrativo